

ELIZABETH ESPINDOLA HALPERN\*

LIGIA MARIA COSTA LEITE\*\*

JOÃO FERREIRA DA SILVA FILHO (IN MEMORIAM)\*\*\*

## BEBENDO A BORDO: TRADIÇÃO APRENDIDA

*O notório caráter multifacetado do alcoolismo permite identificar que, além dos aspectos subjetivos que participam da construção de seu quadro, existem fatores externos, como os laborais, que se relacionam a uma cultura organizacional e tradições que apoiam e estimulam o consumo de bebidas alcoólicas. A observação de militares alcoolistas da Marinha do Brasil que são pacientes do Hospital Central da Marinha, permite examinar, a partir de suas histórias e relatos, em que medida o seu alcoolismo foi sendo constituído a partir de uma aprendizagem sobre o beber a bordo, desde o seu ingresso na instituição naval, amparado pelas tradições navais. Verifica-se a existência de uma maneira de beber, que se faz a partir de modelos, geralmente em grupo, associada a uma dinâmica do cotidiano laboral, produzindo um habitus alcoólico, ou seja, um comportamento que é postural, gestual, como linguagem, impregnado de sentido.*

Palavras-chave: alcoolismo; militares; condições de trabalho; cultura.

\* Psicóloga, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria e Saúde Mental – Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPUB/UFRJ. Militar da Marinha do Brasil, encarregada da Divisão de Saúde Mental e do Centro de Dependência Química do Hospital Central da Marinha. Artigo na revista *Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho da USP*: Os efeitos das situações de trabalho na construção do alcoolismo de pacientes militares da Marinha do Brasil. [espin-dolahalpern@yahoo.com.br](mailto:espin-dolahalpern@yahoo.com.br). Endereço: rua Botucatu, 460, bloco 4, apartamento 206, Grajaú, CEP 20541-340. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

\*\* Doutora em Comunicação UFRJ e professora colaboradora – IPUB-UFRJ. [ligialeite@invenciveis.com](mailto:ligialeite@invenciveis.com). Endereço profissional: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psiquiatria, Averbuda Veneslau Brás n. 71, fundos. Botafogo. CEP 22290-140. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Projeto de pesquisa em andamento: Drogas, Evasão Escolar, Criminalidade: os Descaminhos na Adolescência e suas Articulações com as Questões do Sujeito. Artigos: Au coeur de La rencontre et Du soin... Rappports des savoirs en matière de santé dans les bidonvilles de Rio de Janeiro, A necessidade de promoção da saúde mental para a juventude nas pós-modernidade, Walter matou uma pessoa. Os impactos da violência silenciosa para a saúde mental em adolescentes desafiados na relação com o mundo do trabalho. Livros: Meminos de Rua – A infância excluída no Brasil, Les enfants de rue au Brésil – Mythes et Ideologies, A razão dos invencíveis: meninos de rua – O rompimento da ordem – 1554-1994, A Magia dos Invencíveis – Os meninos de rua e a Escola Tia Ciata.

\*\*\* Doutor em Psiquiatria e Saúde Mental – IPUB/UFRJ e Professor Titular da Faculdade de Medicina UFRJ. Endereço profissional: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psiquiatria, Avenida Veneslau Brás n. 71, fundos.

Botafogo. CEP 22290-140. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Projetos de pesquisas em que atuou: Organização do Trabalho e Saúde Menal, Avaliação de Serviços de Saúde Mental, O princípio da Integralidade no SUS e a Política de Redução de Danos para o Alcool: Diagnóstico e Análise da Integração da Rede de Atenção Dirigida à População com Problemas Relacionados ao Uso Indevido de Drogas e Integralidade na Rede SUS: o Caso dos CAPs Ads no Estado do Rio de Janeiro. Artigos recentes: A inclusão da subjetividade no ensino da Psicopatologia, House and Street: Narratives of Professional Identity Among Nurses, A narrativa na entrevista psiquiátrica: a história de trabalho na construção de diagnóstico em saúde mental do trabalhador, Dominação, Saúde Mental e Trabalho, Sociabilidade, Trabalho e Loucura, Organização do Trabalho, Turnos e Saúde Mental. Livros: Psicopatologia Hoje. Psicopatologia e trabalho. Pesquisa, ensino e assistência, A Danação do Trabalho: Organização do Trabalho e Sofrimento Psíquico.

*Foi na Marinha que eu aprendi a beber. Sexta-feira “rola” uma caipirinha com dobradinha. Sempre tem um evento, um “aniversariante do mês”... A gente “dá duro”, mas depois eles patrocinam aquele churrasco com bebida à vontade.  
(Paciente do CEDEQ).*

O alcoolismo é um transtorno cujo caráter multifacetado de sua determinação é notoriamente reconhecido no meio científico e nas diferentes esferas de atenção, tais como as ambulatoriais e hospitalares, bem como entre os profissionais que desempenham ações profiláticas, preventivas e de reabilitação. Porém, nas últimas décadas, observa-se que os estudos quanto aos aspectos culturais não tiveram o devido destaque, sobretudo quando contrastados à ênfase do discurso organicista, mais interessado na identificação do alcoolista dentro das classificações nosológicas.

No entanto, a clínica ambulatorial vem demonstrando que o discurso clássico da medicina oficial não consegue abarcar todos os meandros do fenômeno do alcoolismo, fazendo-se mister que um olhar socioantropológico amplie as possibilidades de seu entendimento. Este olhar viabilizaria uma visão para além dos aspectos eminentemente biológicos e subjetivos do indivíduo acometido pelo álcool, incluindo uma questão de suma relevância, a institucional, a saber, aquela que aponta para os efeitos advindos das peculiaridades da organização na qual se encontram inseridos. Entre estes efeitos, alguns se mostram nocivos ao trabalhador, não apenas aqueles que são o resultado das condições laborativas adversas, fruto da lógica da produtividade e do lucro, características básicas das corporações do mundo globalizado que prevalecem nos espaços laborais. Adicionalmente, constata-se que a própria realidade cultural institucional de efeitos mais insidiosos, mas não menos perceptíveis, são capazes de afetar os trabalhadores de forma indelével. Acredita-se que estes aspectos empresariais, de ação ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, agindo em conjunto, ao deixarem de levar em conta as singularidades de cada trabalhador, são nocivos a ele. Em decorrência, esta lógica pode motivar, muitas vezes, o alcoolismo, gerando, nesse sujeito, problemas de ordem financeira, familiar, psicológica, enfim, em várias dimensões que têm como eixo principal o sujeito que bebe.

Para enfrentar essa questão, a Marinha do Brasil (MB) criou o Centro de Dependência Química (CEDEQ) do Hospital Central da Marinha (HCM), onde são tratados, em regime ambulatorial, os militares que ingressam no tratamento para o alcoolismo. A criação do CEDEQ, em 1997, foi um marco histórico que traduziu o início oficial das ações da MB ligadas à dependência química, sendo uma iniciativa pioneira nas Forças Armadas Brasileiras. Ações no âmbito primário e terciário passaram a ser

empreendidas por outras Organizações Militares (OM) além do HCM: os Núcleos do Serviço de Atenção Integrada ao Pessoal da Marinha (N-SAIPM), encarregados da prevenção primária, e a Unidade Integrada de Saúde Mental (UISM), responsável pela desintoxicação. Embora avanços significativos tenham sido alcançados desde então, a visão que se tem ainda é estreita, restringindo-se às ações sobre o militar, sem levar em conta o componente institucional que faz parte de sua engrenagem mórbida. Então, para que se possa compreender em que medida a MB participa da instalação do alcoolismo em militares, é preciso levar-se em conta a noção de que o alcoolismo é um acontecimento construído social e culturalmente dentro da instituição. Assim, a MB seria um dos elementos em ação, não exatamente como causador, mas como um facilitador da expressão da doença.

Penetrar no universo naval, a partir do relato dos pacientes do CEDEQ, de modo a desvendar como esta facilitação ocorre, é o objetivo central deste estudo. A análise recai então sobre o papel de componentes institucionais mantenedores de uma tradição, que estimula o beber a bordo, conformando uma cultura naval que treina seus integrantes, em modos e gestos de beber, configurando um *habitus*<sup>1</sup> alcoólico,<sup>2</sup> o qual serve como código de acesso e de inclusão social ao grupo. Trata-se de uma tradição que serve de escudo a qualquer tipo de informação a respeito dos perigos e malefícios do consumo do álcool durante a jornada do trabalho; sobretudo em se tratando de atividades de risco, como o uso de equipamentos sofisticados e caros, que exigem a higidez em razão de tratar-se de uma profissão que se relaciona diretamente com a defesa da Pátria.

Na realidade, o consumo pesado de álcool e o alcoolismo constituem um problema significativo da vida do militar da MB, embora seja pouco discutido em função da tradição naval, inexistindo levantamentos e pesquisas para se avaliar a sua dimensão. Deste modo, os militares alcoolistas que se tratam no CEDEQ tornam-se uma fonte privilegiada de análise para se compreender algumas características do militar e da organização naval, reveladoras da ocorrência de um padrão nocivo de consumo. Objetiva-se então colocar em evidência os fatores institucionais que regem práticas e costumes relacionados ao beber no seu cotidiano laborativo e que, no decurso do tempo, vão sendo internalizados, compondo um *habitus* alcoólico.

<sup>1</sup> Bourdieu (2007) introduz o conceito de *habitus* relacionando-o à capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes (indivíduos) por meio de disposições para sentir, pensar e agir. O conceito de *habitus* alcoólico incorpora este conceito, aplicando-o a um padrão de comportamento, de atitudes e de pensamentos, no qual o uso do álcool se faz de forma importante.

<sup>2</sup> O conceito de *habitus* alcoólico foi elaborado pelo professor João Ferreira da Silva Filho – IPUB/UFRJ.

Ressalta-se, ainda, a relevância de se investigar a posição social e institucional dos pacientes do CEDEQ e o impacto produzido pela bebida na sua forma de ser, de agir, individualmente e em grupo, buscando, a cada instante, *re*-descobrir e *re*-arranjar uma estratégia de vida, tanto profissional, quanto pessoal. Por outro lado, admite-se que o álcool parece proporcionar ao trabalhador uma estratégia de afiliação na instituição, família e sociedade, bem como uma forma de identidade ou discurso, possibilitando-lhe, ao mesmo tempo, fuga e encontro consigo mesmo. Trata-se de um beber que lhe rouba a lucidez, o discernimento e o senso crítico, e que, paralelamente, lhe assegura breves instantes de potência e de intimidade após uma jornada de subjugação no trabalho.

### ALCOOLISMO FABRICADO

Na trajetória da humanidade, observam-se diferentes formas pelas quais o homem vem se relacionando com o álcool, em função dos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais em vigor, os quais, agindo em conjunto, determinam uma relação singular do sujeito com esta substância, estabelecendo os padrões e significados de seu consumo. Conforme Venâncio (2005: 9) ressalta: “[...] a história do consumo de drogas e do álcool não é linear. Longe disso, ela está sujeita a inesperadas rupturas e insurgências.”

Na realidade, mudanças paradigmáticas ocorridas a partir de transformações na conjuntura política, padrões culturais e modos de pensamento vigentes no mundo ocidental alteraram o significado do álcool na vida das pessoas, conferindo o recente caráter de morbidade. Segundo Luz (1988), isto foi viabilizado pela ação de certa racionalidade, cujos paradigmas fundamentais são oriundos da cosmologia renascentista, permitindo a identificação de diversas doenças, que afetam, até os dias de hoje, as práticas, os saberes e as instituições de saúde. O alcoolismo, por sua vez, também é fruto desta construção, conforme Sáad (2001: 15) aponta:

A embriaguez como doença parece ter sido descoberta no século dezenove, mas [...] tem suas raízes no século dezoito com a “perda da capacidade de beber moderadamente”. A “descoberta da dependência” está, historicamente, ligada ao século dezenove com os conceitos de tolerância e abstinência, oriundos do século passado, mas deixa de ser um problema relacionado ao clero e aos moralistas para ocupar um lugar no “saber médico”.

Conforme consideram Silva Filho e Luce (2001), o alcoolismo, compreendido como uma toxicomania, é um fenômeno sociocultural importante.

Para que se possa alcançar a plenitude de seu significado, não basta ater-se aos efeitos das drogas no organismo, ou ainda, às razões individuais de seu consumo. Cruz e Ferreira (2001) salientam a importância de se compreender as funções que as drogas desempenham na sociedade.

Trata-se, enfim, de um fenômeno de significados múltiplos, que incluem as facetas biológicas, psíquicas e culturais, pintado com as cores disponíveis em cada enquadramento histórico, não como um episódio dado, mas construído.

#### ○ BERÇO DE UMA TRADIÇÃO ETÍLICA

As duras condições de vida e de trabalho no mar, tais como observadas há cerca de 300 anos atrás, na Marinha Real inglesa, expunham os seus tripulantes ao frio e à umidade severos, constrangimentos que serviram de ponto de partida para a criação de uma prática que previa a distribuição de uma ração diária de rum aos marinheiros, objetivando elevar o seu moral. Era uma Marinha que se organizava de um modo sensivelmente distinto, na qual o uso de uniformes, por exemplo, somente foi introduzido em 1649. Na verdade, a Marinha concebida como instituição, imbuída dos preceitos de hierarquia e disciplina, faz parte de uma criação recente.

Na época das galeras, a Marinha tinha uma tripulação composta por pescadores e mercadores, cidadãos, súditos e escravos, sem qualquer experiência prévia no mar. Suas embarcações apresentavam limitações, tais como a reduzida capacidade de armazenamento de água, que durava poucos dias, a pequena resistência estrutural ao tempo, só conseguindo navegar por cerca de oito meses, e, por fim, a extrema dependência do porto com a finalidade de fazer reparos. Diante disso, os horizontes de seus empreendimentos eram estreitados (Ministério da Marinha, 2007).

Na península Ibérica, por exemplo, até pouco antes do século XV, predominavam embarcações como as galés e galeotas, movidas a velas e a remos, cujos remadores eram constituídos por homens livres, identificados aos trabalhos marítimos, e por presos, condenados pela justiça.

Nesses tempos, em Portugal como nos outros países europeus, o menor delito era aproveitado para aumentar o número de remadores do Estado, além disso, já acrescido dos prisioneiros de guerra e dos escravos, também acorrentados nos bancos das galés. (Prado Maia 1965: 4)

Defrontando-se com uma realidade marcada por adversidades em águas hostis, atravessadas pelo movimento dos remos, cadenciado pelo soar

do tambor, o álcool servia de bálsamo para suavizar a aspereza da vida de bordo, sobretudo para matar a sede!

Pack (1982/1995) nos conta que a água e a cerveja eram as duas formas de se aliviar a sede em pleno mar, até os idos de 1655, quando, na Jamaica, o rum foi introduzido nos navios da Marinha Real inglesa, por ocasião de um ataque àquela localidade. Eram tempos em que a conservação da água era difícil, sobretudo por não se conhecer um método de destilação, fazendo com que ela ficasse logo imprestável para o consumo, repleta de algas. Por outro lado, seu reabastecimento era incerto, já que nem sempre era possível alcançar algum porto para adquirir novas reservas. A cerveja, por sua vez, azedava em poucas semanas, sobretudo pela sua baixa qualidade. Neste cenário, surgiu o rum como a melhor solução, ao oferecer a vantagem de permanecer doce e aceitável para o consumo, por muito mais tempo, contribuindo significativamente para ampliar a permanência do homem nos oceanos, em consonância com as ambições expansionistas marítimas preconizadas pelo mercantilismo. Em razão da inexistência de regulamentos padronizados ou de códigos de instruções para a Marinha Real inglesa até 1731, cada comandante ditava as suas próprias regras. Esta sistemática permitiu que muitos deles autorizassem a distribuição diária de rum,<sup>3</sup> ainda que efeitos perniciosos e fatais para a saúde física e moral já fossem observados.

Ainda segundo o relato de Pack, em 1740, o almirante Edward Vernon reformulou a prática da ração de rum, mandando adicionar limão, água e açúcar ao rum – o *grog* –, introduzindo a cerimônia do *Up Spirits*, que foi distribuído nos tempos de Nelson, ao som da flauta ou do violino. O *grog* trouxe uma contribuição marcante à história do consumo de bebidas alcoólicas nas embarcações, ao diminuir o risco de acidentes, os enjoos e o consumo desenfreado, posto que horários para sua ingestão foram estabelecidos, entre 10 e 12 horas da manhã e entre 4 e 6 horas da tarde, visando o bom desempenho das atividades marinheiras, que requeriam sobriedade. Contudo, as ordens de Vernon não foram absorvidas com prontidão, levando 16 anos para fazer parte do regulamento intitulado *The Regulations and Instructions Relating to His Majesty's Service at Sea*, demora explicada pelas dificuldades de comunicação da época, pouco confiáveis e lentas, restringindo suas instruções aos navios das Índias Orientais. A ração diária de rum ficou conhecida como *Nelson's blood*, fazendo, desde então, parte da cultura, vida e imagem da Marinha inglesa, influenciando outras Marinhas.

<sup>3</sup> Correspondendo a cerca de ¼ ml de rum (*half pint of rum*).

Na Marinha brasileira do século XIX, a cachaça era a bebida predileta, sendo fartamente disseminada entre marujos e oficiais. Segundo Greenhalgh (1998: 17):

Nas Forças Armadas, substituindo o vinho do período português, ela constava da ração que se fornecia diariamente aos marinheiros. Em pouco, esse hábito tornava-se vício e o abuso da medida vinha a ser causa da maior parte dos atos de indisciplina que se produziam amiúde a bordo dos navios e estabelecimentos militares e que chegavam, por vezes, a assumir a gravidade da desordem e do motim.

Este autor também chama a atenção para o aumento do número de adeptos após a Independência do Brasil, em especial de oficiais de patente, que eram acusados de “alcoholatria”, em razão do convívio com a oficialidade (ébria) inglesa que havia sido contratada.

Inveterados alcoólatras eram mantidos nos quadros ativos da Marinha, não só marinheiros e soldados, entre os quais o vício era generalizado, mas também graduados, mestres, guardiões, patrões etc., que, não raro, se embriagavam a bordo e até quando em serviço, sendo comum virem de terra nesse estado. (Greenhalgh 1998: 17)

A Marinha Americana Continental, por seu turno, constituída para lutar na Guerra da Independência, no século XVIII, também incorporou o uso da ração de rum a bordo, a partir do convívio de alguns de seus homens com os da Marinha Real inglesa. Porém, já em 1850, o Departamento Naval americano questionou o uso de punições corporais, da mesma forma que o das rações de álcool (*spirit*). Em 1862, o presidente Lincoln promulgou uma lei abolindo a ração de *grog* na Marinha, esperançoso de poder vir a tomar a mesma atitude drástica em relação ao consumo de *whiskey* no Exército. Contudo, essa lei não conseguiu alcançar todas as embarcações. Na prática, os oficiais só não podiam consumir as bebidas mais fortes, que eram destiladas (*spirituous liquors*), podendo beber as que eram fermentadas.

Inspirado pelo movimento da temperança, no início do século XX, o secretário naval, John Long, baixou uma determinação proibindo a venda de bebidas alcoólicas aos conscritos, nos navios ou nos portos. Adicionalmente, em 1914, uma determinação foi realizada estabelecendo que o consumo e a introdução de bebidas alcoólicas a bordo de qualquer embarcação, organização ou espaços militares seriam estritamente proibidos, e os comandantes seriam responsabilizados diretamente pelo cumprimento dessa ordem.

Na Marinha inglesa, a prática do *Nelson's blood* ainda perdurou até 1970, quando o almirantado decidiu aboli-la por mostrar-se anacrônica diante da realidade da Marinha moderna. Passou-se a exigir uma “cabeça limpa e uma mão firme para operações e manutenção, não havendo espaço para reações lentas e maus julgamentos”, como o almirante de esquadra Lord Lewin of Greenwich prefaciou no livro do capitão James Pack.<sup>4</sup> Percebia-se que a ração diária de rum já não se mostrava compatível com a complexidade das tarefas e sofisticação dos equipamentos dos navios modernos, providos de ar condicionado e de delicados instrumentos eletrônicos. A busca pela segurança e eficiência da esquadra, composta de homens mais bem educados e preparados, tornou-se uma meta. Pesquisas realizadas com marinheiros embarcados revelaram que: quase todos os casos de grave indisciplina ocorreram, geralmente, após a distribuição da ração diária de álcool; um número alto de internações em *Netley* (um hospital psiquiátrico) era relacionado ao uso de álcool; e, por fim, a quantidade consumida estava sendo superior à estipulada, inclusive tendo sido constatado que garrafas estavam sendo guardadas nos armários.

Diante deste quadro, o capitão Pack tornou-se partidário de cortar de uma vez só a ração de rum, sem deixar vestígios. No entanto, era preciso oferecer uma compensação para tal abolição, criando-se um fundo, o *Tot Fund* (Fundo do Trago), que recebeu um depósito inicial de £ 2,7 milhões do Tesouro, como recompensa pela perda do rum, objetivando a criação de instalações recreativas e compra de equipamentos para atividades como vela e pesca.

Na Marinha brasileira, somente quando os códigos militares passaram a considerar a embriaguez como circunstância agravante para as faltas e crimes militares, ao invés de atenuante, tal como era considerada, é que medidas foram tomadas para eliminar seu consumo a bordo, evitando-se as pesadas e gravíssimas consequências que vinham sendo observadas.

#### CULTURA DO TRABALHO NAVAL E DISPONIBILIDADE DO ÁLCOOL

A cultura do trabalho naval e a disponibilidade do álcool são dois aspectos que vêm sendo estudados por Ames e Cunradi (2004/2005), tendo sido associadas aos problemas relacionados ao uso do álcool entre jovens militares americanos na atualidade.

A cultura do trabalho refere-se às crenças compartilhadas e às práticas grupais que influenciam o consumo do álcool, desenvolvidas por pessoas que trabalham juntas, conforme ficou demonstrado em algumas

<sup>4</sup> *Nelson's blood: the story of naval rum.*



pesquisas. (Trice & Sonnenstuhl 1990; Ames & Janes 1992 citados por Ames & Cunradi 2004/2005). Tais pesquisas revelaram que a cultura organizacional militar pode representar um fator de risco para o uso pesado do álcool. Este tipo de cultura foi considerado como fator capaz de construir crenças entre os militares, como a de que existem certos contextos que são aceitáveis para o consumo do álcool, incluindo rituais de beber, antes, durante ou após o expediente, com colegas de trabalho. Adicionalmente, este tipo de cultura permissiva ao uso do álcool pode alimentar crenças sobre os modos de beber, como a quantidade a ser ingerida, a demonstração pública dos efeitos do álcool, o envolvimento em brigas, enfrentamento com supervisores, adormecer durante o expediente e trabalhar com “ressaca” (Ames, Grube & Moore 1997).

Ames *et al.* (2004) também estudaram a influência da cultura do trabalho nas práticas do beber em várias bases militares da Marinha americana, quando foi possível verificar a existência de rituais e de rotinas de beber, bem como elementos do ambiente do trabalho que encorajam o consumo de álcool em serviço, em bases de terra e durante os licenciamentos (*deployment liberties*), por ocasião do desembarque. Jovens marinheiros percebem o consumo de álcool com seus colegas de trabalho, ainda que durante a jornada de trabalho semanal, como um mecanismo apropriado para lidar com o estresse, o tédio, a solidão e a ausência de outras atividades de lazer. Segundo eles, faz parte da tradição cultural naval o beber pesado e o comportamento permissivo de beber após o expediente, inclusive a liberdade de fazê-lo durante o licenciamento. Nestas ocasiões, o beber permissivo e o beber até o ponto de alcançar a intoxicação não são, necessariamente, vistos como inadequados ou passíveis de punição, a menos que eles se encontrem intoxicados a ponto de não conseguirem voltar para o navio na hora determinada (Ames & Cunradi 2004/2005).

Acredita-se que o fator chave que age como facilitador na cultura ocupacional, tanto no passado quanto na atualidade, é a pronta disponibilidade do álcool a seus integrantes. A literatura confirma a clara relação entre o fácil acesso, as altas taxas de consumo e os problemas reportados pelo uso de álcool.

No que tange à disponibilidade física e social do álcool, ela pode influenciar o beber pesado e o uso abusivo entre jovens militares. A disponibilidade do álcool vem sendo apontada como um fator de risco para o aumento do seu uso na população em geral (Gruenwald, Millar & Treno 1993) e nos locais de trabalho (Ames & Grube 1999).

Ames *et al.* (2004) apontam que os militares entrevistados da Marinha americana reportaram que o álcool e as oportunidades para ingeri-

-lo eram facilmente acessíveis, tanto nos portos estrangeiros, quanto nas bases americanas dos EUA, assim como nos bares, nos quartéis ou nos quartos dos hotéis próximos às bases militares. Moore *et al.* (2007) também verificaram a existência de um profundo enraizamento das tradições culturais que apoiam a disponibilidade física e social do álcool nos ambientes de trabalho.

Entre os pacientes do CEDEQ, a cultura do trabalho naval e a disponibilidade do álcool podem ser observadas pelos seguintes relatos:

– No navio, a bebida “rola solta”. É liberada nas “cobertas” dos sargentos e suboficiais. Lá tem um frigobar. A bebida me ajuda a trabalhar melhor, fico com mais disposição.

– No navio, a “skol” é liberada. Bebo todos os dias na hora do almoço: doze latinhas, das onze a uma. O desânimo que sinto de manhã desaparece, à tarde fico legal!

Segundo observações, constata-se que o álcool é a substância psicoativa mais presente no dia a dia naval, fazendo parte da cultura marinheira. Seu consumo pode até ser estimulado, desde que ocorra dentro dos códigos tacitamente estabelecidos, como se faz nos almoços às sextas-feiras, acompanhando uma feijoada ou dobradinha, nos múltiplos coquetéis, nas comemorações diversas, nas solenidades e nos *fecha-ranchos* (almoços tradicionais). Na realidade, verifica-se que na instituição naval brasileira existe uma postura ambivalente em ação, que afeta profundamente seu contingente, por meio da qual os critérios relativos ao consumo do álcool ficam à mercê da visão do comando de uma determinada unidade militar. Assim, ele ora é liberado, ora proibido, ora festejado, ora punido, conforme expressa um paciente:

*– Tudo depende! Se for autorizado pelo comando, tudo bem, pode beber, a bebida é distribuída com fartura. Se o comandante proíbe, vira contravenção. A vida do marinheiro é assim, com bebida. Pro oficial é a mesma coisa, só que eles aprendem a etiqueta, não dão vacilo que nem a gente. Esperam a cerimônia acabar, as autoridades sair pra se reunir lá na Praça d’Armas, sem ninguém ficar vendo. Pra eles não pega nada!*

Ele também pode ser autorizado de acordo com a *antiguidade* (o grau hierárquico, muitas vezes associado ao tempo de serviço) do militar, sendo aceito se ele for graduado a partir de sargento, podendo existir um frigobar nas *cobertas* (alojamentos) dessa categoria, com uso franqueado durante o expediente. Porém, caso ele venha a ser menos graduado,

poderá ser punido, exceção feita caso seu superior autorize o consumo, extraoficialmente, a título de “incentivo”, para realizar as *fainas* (tarefas) navais: “Nas manobras cada um já leva a sua ‘etapa’ de bebida. No intervalo todo mundo bebe. Se não beber, não dá pra continuar. O mais ‘antigo’ sabe, faz ‘vista grossa’.”

O estímulo para o consumo do álcool em eventos e festividades parece relacionar-se com uma solução compensatória para ajudar os trabalhadores a superarem problemas ligados à desmotivação, ao sofrimento mental, à fadiga, à inadaptação e à insatisfação; e isto sem que se tenha de alterar as linhas básicas da organização do trabalho. A ação suavizante também costuma ser empregada, como aponta Seligmann-Silva (1990), com medidas contemporizadoras de especialistas em relações humanas, tais como são oferecidas pelos Núcleos do Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha (N-SAIPM), constituídos de uma equipe multiprofissional. Lidar com o alcoolismo a partir do alcoólico parece ser uma saída mais fácil e mais acessível do que propor uma análise mais ampla e profunda sobre os aspectos organizacionais envolvidos.

Na MB, o consumo do álcool a bordo é uma questão muito difícil de ser debatida, fazendo parte da cultura marinheira. O uso leve e moderado é bem aceito e não há uma percepção nítida de que ele possa sequer gerar acidentes e incidentes no trabalho, quando consumido durante ou após o expediente. Desconhece-se em que medida os bebedores, leves e moderados, estão sujeitos a sofrer acidentes ou a provocar incidentes (violência, acidentes, absenteísmo e a perda de produtividade) no trabalho (Fauske 1977 citado por Vaissman 2004). Na realidade, observa-se que o uso abusivo do álcool e o próprio alcoolismo não são identificados sob uma ótica médica, senão quando se encontram em estágio avançado, tendo comprometido a vida do sujeito de forma ampla. Geralmente, percebe-se que o militar “passou dos limites” ou que “abusou”, como se fosse uma inabilidade circunstancial, circunscrita a uma determinada ocasião, na qual ele não “soubes” beber. Este “deslize” seria visto como um fato isolado, ou ainda fazendo parte de uma “fase” ruim da vida, após a qual tudo “voltaria ao normal”. Eis porque muitos deixam de perceber a proximidade desse transtorno, dificultando ações preventivas e educativas, pois não se sentem implicados no problema.

– Ele chega bêbado todo o dia, mas o encarregado gosta dele, dá conceito 5. Ele faz tudo “na marca”, “não deixa pegar nada.” Nunca deu problema a bordo. Não quer se tratar de jeito nenhum. Ele é operador de guindaste! (Paciente do CEDEQ).

## ALCOOLISMO E TRABALHOS MARINHEIROS

Ao se constatar o quanto o alcoolismo tem um componente sociocultural que o determina, seu aparecimento entre os militares da MB convida ao exame do papel que a instituição naval tem em sua constituição. Pelos relatos dos pacientes do CEDEQ, observa-se que, além de existir um fácil acesso ao álcool e uma cultura organizacional que lhe é favorável, o beber a bordo é considerado como uma tradição naval importante, cultivada e ensinada. A sua perpetuação se faz de forma contínua e sutil no cotidiano naval. Ela é transmitida de maneira direta e indireta, pela ação grupal, através da difusão de crenças e de mitos, pela sua associação às práticas e aos costumes relacionados à execução de tarefas, e pela sua inclusão mandatória em festejos e solenidades. É inquestionável a presença de bebidas alcoólicas, fazendo parte compulsória de uma tradição naval que é vista como se fosse milenar. Segundo o relato de um paciente: “Nas manobras cada um já leva a sua ‘etapa’ de bebida. No intervalo todo mundo bebe. Se não beber, não dá pra continuar. O mais ‘antigo’ sabe, faz ‘vista grossa’.”

O consumo de bebidas alcoólicas no cotidiano do trabalho naval se mistura à execução das tarefas diárias que são peculiares desse universo, podendo ser chamadas de *trabalhos marinheiros*. Alguns pacientes confirmam esta realidade:

- Os mais antigos costumam até liberar uma “branquinha” pra dar aquele “incentivo” pra gente terminar a “faxina”. Têm horas que a gente perde as forças e a cachaça dá aquela animação na galera.
- O pessoal que serve embarcado conhece o sistema da baldeação, da limpeza do navio quando chega no porto, sabe?! É faxina pesada! Isso acontece mesmo, na Marinha é assim que funciona, distribuem bebida pra gente dar conta do recado...

A investigação quanto às condições em que são realizados os trabalhos marinheiros auxilia o conhecimento sobre o universo no qual se inscreve uma tradição de se consumir bebidas alcoólicas, comprometendo a sua higidez. Determinados aspectos característicos da vida laboral marinha parecem servir de esteio para a consolidação dessa tradição, na medida em que são fonte de sofrimento psíquico e de desgaste mental, ingredientes facilitadores da emergência do consumidor abusivo e do alcoólico. Diante da incapacidade de cumprir com os trabalhos marinheiros de acordo com o preconizado, falhas vão sendo computadas nos assentamentos do militar, ou melhor, em seus registros profissionais,

distanciando-o, paulatinamente, do protótipo esperado de um bom militar. Tal afastamento, por sua vez, facilita a sua aproximação ao *copo*, como aponta outro paciente: “– Eu já parei de beber, mas qualquer coisa de errado que acontece eles acham que é por causa da bebida e me perseguem de qualquer jeito. Acho melhor eu voltar a beber!”

Acorrentado a esse círculo vicioso, o trabalhador seria induzido a errar ainda mais. Vulnerável, suas chances de adoecer de várias formas aumentariam, como se observa no caso do alcoolismo, sobretudo quando é visto como o único ou o principal responsável pela ocorrência das falhas no trabalho, segundo o ponto de vista tradicional. Por conseguinte, sua avaliação profissional será norteadada em função desses erros concebidos como sendo exclusivamente seus, gerando uma preocupação justificada, como a que um dos pacientes expressa a seguir:

– Eu queria pedir às senhoras pra ser desligado do CEDEQ. Eu gosto muito daqui, tá me ajudando mesmo. Mas é por causa do conceito. Eles baixaram meu conceito e eu preciso recuperar pra conseguir ser promovido. Se eu continuar vindo pro CEDEQ, nunca vão aumentar o meu conceito; vai prejudicar a minha carreira, sabe?!

Alguns estudiosos vêm se debruçando sobre o tema da psicopatologia e psicodinâmica do trabalho, observando que determinadas condições, processos e organização do trabalho são capazes de adoecer os trabalhadores, provocando sofrimento psíquico e desgaste mental, levando-os a cometer falhas e expondo-os a riscos (McLean & Taylor 1958 citado por Seligmann-Silva 1990; Araújo 1986 citado por Vaissman 2004; Dejours 1987; Silva Filho 1989; Rangel 1994; Seligmann-Silva 1995; Borges 1995; Lacaz 1996).

– É difícil pro “taifeiro” largar da bebida. Tenho que servir bebida no “rancho”, no “gabinete” do diretor... É muita “latinha”, bebida “quente”, tudo do bom e do melhor! Já pedi pra mudar de função, pra me afastar, mas os “superiores” não entendem, dizem que não tem outro pra botar no meu lugar. Falam que eu é que não sei beber. (Paciente do CEDEQ)

Constata-se que determinados padrões de produtividade e de comportamento se coadunam com os estabelecidos pela sociedade moderna ocidental, que espera que seus integrantes participem do intenso movimento de produção, comércio e consumo. Caso contrário, aqueles que demonstram impossibilidade de exercê-los serão expurgados. Neste cenário, observa-se a dualidade que o trabalho oferece, propiciando crescimento e sofrimento, conforme Seligmann-Silva (1990: 218) esclarece:

O trabalho é essa atividade tão específica do homem que funciona como fonte de construção, realização, satisfação, riqueza, bens materiais e serviços úteis à sociedade humana. Entretanto, o trabalho também pode significar escravidão, exploração, sofrimento, doença e morte. A escravidão, oficialmente abolida na maioria dos países do mundo atual, deixava bem clara a delimitação entre os homens que eram donos do poder e dos meios de produção e aqueles outros homens, utilizados como ferramentas vivas na produção e no servir.

Baseado na visão hegeliana a respeito da igualdade entre linguagem e trabalho, enquanto dicção da própria identidade, Silva Filho (1989: 6) estabelece: “Assim, o trabalho é linguagem, pois é uma forma de se revelar e, inversamente, a linguagem é também trabalho, pois é uma transformação da língua sobre a língua e, dessa forma, comunicação”. Se trabalho é linguagem, a existência de problemas ou de falhas na esfera do trabalho também poderá estar comunicando algum aspecto relevante sobre o trabalhador e seu local de trabalho, sobretudo se a questão da falha humana for analisada, não pela ótica do seu comportamento, mas da sua conduta. Por meio desse ponto de vista, leva-se em conta a parte não visível da falha, tais como os motivos, os impulsos e os pensamentos que acompanham, precedem e seguem um comportamento. Nessa perspectiva, altera-se não só a visão que se tem da falha. Também a do trabalho e do trabalhador, passando a abarcar aspectos como sua motivação e desmotivação, a cultura e os valores da empresa, em vez de centrá-la sobre seu comportamento, avaliando-o e culpabilizando-o como negligente ou incompetente (Dejours 2005).

Alguns exemplos de trabalhos marinhaeiros podem ser observados entre aqueles que exercem certas especialidades mais operativas, realizadas em navios, batalhões e em organizações militares ligadas à aviação naval que, em razão de sua natureza, poderão gerar estresse e a busca de apoio no álcool para relaxar. São especialidades que exigem a realização de exercícios e manobras em ritmo intenso e extenuante, ocorrendo, muitas vezes, de forma inopinada, ou seja, sem aviso prévio, obrigando o indivíduo a estar sempre em estado de prontidão, a realizar tarefas em dias e horários variados, inclusive nos feriados e nos finais de semana. Com isto, as jornadas de trabalho podem se estender sobremaneira, levando-o a viver um isolamento, parcial ou total, dependendo da tarefa, afastando-o do meio social e familiar, muitas vezes envolvendo atividades de risco, tais como as dos mergulhadores, aviadores, submarinistas e maquinistas. Nesse contexto, a presença de bebidas alcoólicas se torna fundamental para muitos militares, como relata um paciente:

– Nas manobras, a gente forma o ‘time’ conforme a preferência do grupo: se o pessoal bebe, todos os que entram têm que beber, pra ficar tudo igual. Se eles usam droga, maconha, todos os que entram no ‘time’ têm que usar, pra não ficar diferente, entende?!

Outro aspecto intrínseco à vida militar refere-se à sistemática das movimentações do militar para diferentes organizações navais no território nacional, afastando-o de sua família e cultura de origem, muitas vezes durante toda a sua carreira. Este é um aspecto sobre o qual ele não parece ter plena consciência quando decide ingressar na MB. Os pacientes do CEDEQ relatam que seu conhecimento a respeito da instituição naval, antes do ingresso, era nulo ou superficial, geralmente se atendo às imagens veiculadas na propaganda da mídia ou em palestras informativas, mostrando cenas operativas realizadas nas manobras, navios e aeronaves, bastante atraentes, sobretudo àqueles que disputam água e comida nas regiões interioranas do país.

– Confesso que assim que entrei na Marinha, ainda garoto, eu pensava que ia virar Almirante. Eu tinha muitas ilusões, muitos sonhos... Tá difícil de virar sargento, sou cabo há um tempão! Imagina querer ser almirante! Mas não sou só eu, não! Conheço muito “neguinho” que também pensava como eu, achava que ia entrar na Marinha e ia virar comandante, viajando pelo mundo. A realidade é diferente, a gente tem que “ralar” muito aqui dentro, tem que pegar na vassoura, varrer chão, fazer faxina! (Paciente do CEDEQ)

Ainda assim, mesmo com esses sonhos frustrados, a garantia de que terão educação, abrigo, alimentação e salário é uma oferta irrecusável. Porém, o dia a dia vai revelando mais do que o que foi exibido nos *slides* das palestras ou nas propagandas televisivas, destacando-se o afastamento da terra natal e o afrouxamento de laços culturais, muitas vezes fragilizando o sujeito que ingressou na MB com pouco mais de 17 anos de idade. Inscritos nas escolas de aprendizes, localizadas nas regiões mais próximas de suas moradias, muitos relatam que não se apercebiam de que iriam, na sua totalidade, ser movimentados para outros distritos navais, para outras regiões do país, muitas vezes, de forma definitiva. Ao longo da carreira, as oportunidades para as movimentações são incertas, facilitadas àqueles que, segundo a percepção dos militares do CEDEQ, têm “QI” (quem indique). Ou seja, àqueles que têm “cocha” (padrinho, protetor), embora exista regra oficial para obter-se a movimentação: ter conceito 5 (corresponde ao maior valor dado a um praça na avaliação semestral), pontuação para a carreira, tempo de embarque e ausência de pontos perdidos. Contudo, diante da dificuldade de atender a todos

esses critérios, a movimentação pode ir se tornando remota, ficando à mercê da sorte, sobretudo por ser grande a chance de perder pontos, atrelada às probabilidades maiores de se cometer falhas, inclusive de se incorrer em contravenções disciplinares, conforme dispostas no Regulamento Disciplinar para a Marinha (Brasil, 1996). Diante da incerteza de voltar às raízes originais, o militar tende a buscar apoio entre *colegas de farda*, em muito facilitado pelo consumo grupal de bebidas alcoólicas.

Outra vertente dos trabalhos marinheiros que pode aproximar o militar do hábito progressivo de consumir bebidas alcoólicas refere-se à sua posição na estrutura organizacional, bem como às repercussões e significados que podem assumir em sua vida. Portanto, é preciso destacar que a totalidade dos pacientes do CEDEQ é constituída de praças, isto é, de um grupo menos prestigiado da MB, composto de soldados, marinheiros, cabos, sargentos e suboficiais, que fazem parte da base da pirâmide da cadeia hierárquica.

Observa-se, pelos seus relatos, que poucos tinham pleno conhecimento de que fariam parte desse grupo antes de seu ingresso na MB. Houve um paciente que estava certo de que seria um almirante quando entrou para a MB, até perceber que mal conseguia avançar na carreira, tendo estagnado na graduação de cabo. No entanto, para muitos, diante da pobreza e da falta de perspectivas de vida na terra natal, parece ser irrelevante fazerem parte de grupo menos prestigiado da instituição (ao qual cabe a realização de tarefas predominantemente relacionadas à execução de serviços gerais, como limpeza), sobretudo quando são cabos, marinheiros e soldados. Embora estudem em centros de instrução da MB para obterem especializações, é rotineiro serem convocados a exercer atividades como lavar e varrer. Por sentirem que isto faz parte da dinâmica institucional, muitos absorvem esta condição com bastante resignação. Contudo, geralmente esperam progredir na carreira para se livrarem destas *faxinas* (tarefas). Suas queixas, que lhes trazem sentimentos de vergonha, se referem aos oficiais que, motivados pela necessidade de afirmar seu poder de mando, fazem prevalecer o ditado: “Manda quem pode e obedece quem tem juízo”. Assim, diminuem o militar menos graduado, ao ordenarem a execução de tarefas desnecessárias ou absurdas. “Em estabelecimentos militares, o trabalho obrigatório com minúcias evidentemente inúteis pode fazer com que os soldados sintam que seu tempo e esforço não têm valor” (Sykes 1958 citado por Goffman 1961).

A esse respeito, um dos pacientes relatou o seguinte episódio: “– O comandante, vendo que o grupamento já tinha terminado as faxinas



cedo, mandou jogar todo o lixo no pátio pra gente varrer, pra ninguém ficar ocioso.”

Estudos revelam que processos de dominação-sujeição, como os observados no âmbito do trabalho naval, são capazes de conduzir ao alcoolismo, por gerarem sofrimento psíquico. Estes processos podem afetar a própria identidade do sujeito, dando margem à irrupção de uma alienação e à automatização do trabalhador, potencializando o surgimento de alterações psicopatológicas relacionadas com a perda da autonomia e com a extirpação de desejos e esperanças. Trata-se de uma espécie de *mutilação do eu*, que tende a ocorrer entre os indivíduos que se encontram nas chamadas *instituições totais*, propostas por Goffman (1961).

A instituição total pode ser definida como um local que é, ao mesmo tempo, residência e trabalho, onde um grande número de indivíduos em situação semelhante, exercendo atividades em conjunto, encontra-se separado da sociedade por algum tipo de barreira: um muro alto, um pântano ou arame farpado. Seu aspecto central geralmente se relaciona com a ruptura das fronteiras que separam a vida particular da profissional. Realizam-se no mesmo local os diferentes aspectos da vida, sob uma única autoridade, em horários impostos, de acordo com um sistema de regras, obedecendo a um plano racional único, supostamente concebido para ir ao encontro aos objetivos oficiais da instituição. Um fato básico que também se observa é o exercício do controle de muitas das necessidades humanas pela organização.

– A gente se acostuma, né?! Fazer o quê?! O pessoal lá em casa já sabe da vida no quartel. O serviço é dois por um, às vezes nem adianta ir pra casa, sai caro! O jeito é dormir por lá mesmo e voltar pra casa no final da semana. (Paciente do CEDEQ).

Quartéis e navios são exemplos desse tipo de instituição, sendo que suas barreiras são erigidas, preferencialmente, pelos regulamentos que estabelecem formas culturais de agir, de ser e de pensar. Nessas instituições, prevalece a vigilância exercida pelo grupo dos controladores (os superiores hierárquicos) sobre o grupo dos controlados (os inferiores hierárquicos), fazendo vir à tona o desvio da homogeneidade de comportamentos e gestos do grupo controlado, que sobressai ao olhar atento do *supervisor*. Nessa dinâmica, torna-se possível a identificação do infrator, acentuando-se a divisão básica entre controladores e controlados, acirrando as concepções estereotipadas que fazem uns sobre os outros, animadas por sentimentos antagônicos, hostis e limitados, ou ainda, por sentimentos de apatia e resignação, aumentando a distância social

entre eles. Tais características determinarão a incompatibilidade entre as instituições totais e a vida particular, sobretudo no nível familiar. Elas criam e sustentam uma tensão entre o mundo doméstico e o institucional, servindo de força estratégica para controlar os sujeitos.

Controlados, geralmente esses indivíduos não têm uma atitude de queixa, como se observa entre os pacientes do CEDEQ. É mais comum a presença de um sentimento de culpa ou de embaraço ao formularem qualquer comentário crítico à MB, como se fosse uma traição à “Marinha-mãe”, que os acolhe, alimenta e abriga. “A Marinha é boa, o sistema é que é mau!”, manifestam. A percepção de que as condições laborais expõem o trabalhador naval a riscos, colaborando para o uso abusivo do álcool e para a instalação do alcoolismo, é nublada. Talvez pelo forte sentimento de gratidão que os acompanha desde quando eram jovens, sendo-lhes mais confortável absorverem toda a culpa pela sua condição. É possível que esse sentimento aponte para a existência de um eu silenciado, conformado, enquadrado nos parâmetros institucionais desde o seu ingresso na MB.

Ao ingressar na instituição total, o sujeito traz concepções a seu respeito, que possibilitaram algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico. Porém, após seu ingresso, ele é imediatamente despido do apoio recebido por essas disposições, passando, segundo Goffman (1961), por:

[...] uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado. Começa a passar por algumas mudanças radicais em sua *carreira moral*, uma carreira composta pelas progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que têm a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele. (24)

Para que tal mortificação ocorra, o sujeito atravessa processos relativamente padronizados, constatados nas organizações militares, embora os de mortificação do eu não sejam tão acentuados como em outras instituições totais, como penitenciárias e manicômios.

Na vida militar também há uma barreira que se coloca entre os dois mundos, doméstico e institucional, assinalando a primeira mutilação do eu, pois um horário que possa garantir ao indivíduo resguardar o seu eu civil é incerto. Ele vivencia um despojamento do papel, ou melhor, a vida do sujeito é perpassada em todas as suas esferas pela vida institucional, fato acirrado quando ele rompe, parcial ou totalmente, com os papéis e pessoas do mundo privado.

– No navio, é direto, não tem hora pra “baixar terra”. Se o Comandante decide que o navio vai sair, não importa se ele acabou de atracar. Na hora do “licenciamento”, quando eu saio do navio, eu já tô “carimbado”, decidido a beber! (Paciente do CEDEQ)

Isto pode ser observado nos processos de admissão à vida militar, ao mesmo tempo como despedida e começo. Por meio deles, os sujeitos deverão atender aos critérios da seleção, de acordo com um perfil profissional e pessoal estabelecidos, incluindo provas teóricas, exames de saúde, testagem psicológica e de aptidão física.

Os processos de admissão talvez pudessem ser denominados “arrumação” ou “programação”, pois, ao ser “enquadrado”, o novato admite ser conformado e codificado num objeto que pode ser colocado na máquina administrativa do estabelecimento, modelado suavemente pelas operações de rotina. (Goffman 1961: 26)

Após o ingresso, nas escolas de formação de militares, os novatos passam por uma série de experiências que têm por finalidade a criação de um grupo unificado e homogêneo. Esse objetivo é facilitado pelo uso de uniformes, com o cumprimento de um período de isolamento (parcial ou total), com a submissão a testes de obediência, mudanças na aparência pessoal (corte de cabelo), além de outras formas de “iniciação”.

Enfim, a vida aquartelada naval parece propiciar condições facilitadoras do ingresso das bebidas alcoólicas em suas vidas, tendo como porta de entrada a própria fragilidade do sujeito, cujo *eu* vai sendo progressivamente minimizado, de forma sutil, a partir de seu ingresso na carreira militar. Somada à aprendizagem de uma tradição favorável ao seu consumo, as chances de um militar desenvolver o alcoolismo são maximizadas. Essa cultura, mesmo que não explícita, parece ter raízes em outras experiências fora do território nacional, que serviram de modelo e justificativa para a sua manutenção e que teriam sido absorvidas na MB, como foi demonstrado anteriormente, ao se discorrer sobre a tradição da distribuição do *grog* nos navios ingleses.

#### DESENVOLVENDO O *HABITUS* ALCOÓLICO A BORDO

Conforme venho demonstrando, a emergência do desgaste mental e do sofrimento psíquico, oriundos da realização dos trabalhos marinhairos, somados à existência de uma cultura de trabalho naval e da fácil disponibilidade de bebidas alcoólicas provocam o surgimento de um *habitus* alcoólico.

Segundo Bourdieu (1992), o *habitus* se refere a uma disposição que vai sendo incorporada, quase postural, permitindo a interiorização das estruturas do mundo social. O *habitus* alcoólico, por sua vez, seria um tipo de tradição oral que vai sendo incorporada, amparada por crenças e mitos relacionados à associação do uso do álcool à virilidade e à alegria, pesadamente veiculada pela mídia. Entre os militares, pacientes do CEDEQ, constata-se que determinados padrões de comportamento relacionados ao ato do beber vão sendo incorporados, passando a fazer parte do ser do indivíduo, relacionados ao universo da organização naval, tendo como suporte uma cultura marinheira favorável ao uso do álcool. O *habitus* alcoólico vai sendo assimilado pelo sujeito desde o seu ingresso na vida militar, facilitado por processos de *des*-pessoalização. Ou seja, verifica-se o quanto ele não tem a sua individualidade garantida na organização, aspecto que é revelado pelos pacientes do CEDEQ nas sessões de psicoterapia, conforme comentário anterior.

Desse modo, o *habitus* alcoólico vai sendo progressivamente sedimentado entre os militares, fruto de aspectos que são idiossincrásicos da vida e cultura navais, associado às práticas do beber coletivo, modos, gírias, piadas e trejeitos. Nessa dinâmica, um contingente de adeptos vai sendo então treinado a beber no decorrer da carreira, muitos deles chegando a desenvolver a dependência química. São padrões de consumo que vão sendo elaborados no grupo, em conjunto, como aponta Velho (1998). É um consumo que não se esgota em função dos efeitos fisiológicos produzidos pela ingestão da substância, mas está entranhado nas vidas desses militares, como demonstram a seguir:

– Foi na Marinha que eu aprendi a beber. Durante o serviço, eu começo a beber na imaginação! Fico ansioso pra sair com os “campanhas”, a gente ri, melhor do que ir pra casa, dá de cara com a “D. Maria”!

– Sexta-feira “rola” uma caipirinha com dobradinha. Sempre tem um evento, um “aniversariantes do mês”... A gente “dá duro”, mas depois eles patrocinam aquele churrasco com bebida à vontade. A diversão da gente é essa, churrasco, bater uma “bolinha”, depois beber uma “gelada”! Não conheço outra diversão. Ainda tenho dez anos de Marinha. É com o apoio dos amigos que eu consigo chegar lá.

Ao discutir sobre o uso de drogas, Young (1971) ressalta a existência de relação dialética entre o estado subjetivo do indivíduo e os efeitos psicotrópicos objetivos da droga, por meio da qual se destacaria a maneira como os consumidores interpretam as mudanças orgânicas que vivem, em conformidade com as noções subjetivas do que se passa com eles.

Tais noções são aprendidas em grupo, ou melhor, consumidores passam a ser socializados no uso de uma substância como o álcool. Velho (1998: 79) observou essa situação entre indivíduos que consumiam maconha. Verificou que havia “[...] a orientação de indivíduos mais experimentados que são não só capazes de transmitir técnicas, mas de interpretar as sensações físicas que os iniciantes estão sofrendo”. Acredita-se que uma aprendizagem nesses moldes encontre-se em ação no caso do álcool, evidenciando a existência de um *habitus* alcoólico. Na realidade, verifica-se que ambos, o *habitus* alcoólico e a tradição do beber naval, reforçam-se mutuamente, registrando na mentalidade do contingente naval, percepções simpáticas ao consumo e selando o destino fatal de muitos militares, marcados por um condicionamento sutil e eficaz, de difícil reversão. “– A cada dia tenho uma briga pra não recair. Eu admiro quem sabe beber, é tão bonito! Eu vim pro CEDEQ pra aprender a beber” (Paciente do CEDEQ).

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, refleti sobre a tradição aprendida e apreendida, assimilada graças a uma tradição e cultura navais que sustentam determinadas práticas e crenças relacionadas ao consumo de bebidas alcoólicas, dentro e fora das organizações da MB. Em seu nome, qualquer questionamento emudece, ao som da solene declaração de que “beber é uma tradição naval” e ponto final (sem vírgula ou ponto e vírgula). Evidencia-se a presença de uma crença “blindada”, sem abrir espaço para qualquer reflexão ou questionamento. Por ser um costume amplamente incorporado, o consumo passa a ser naturalizado, quase compulsório, alçado ao *status* de modelo universal, aplicável a todas as Marinhas, em todos os tempos planetários. “O marujo bebe, sempre bebeu e assim permanecerá: bebendo”, sentenciam em todos os recantos da MB. Crenças protegidas contra ressalvas, sua difusão fica garantida com o silêncio tácito na existência da inquebrantável, inquestionável e sacrossanta tradição, fortalecida pelas práticas cotidianas relacionadas ao beber e pelas crenças reafirmadas.

O estímulo ao consumo de bebidas alcoólicas se consolida em ações e conceitos decantados em uníssono, pelo indivíduo, pelo treinamento e pela sociedade na qual ele se encontra inserido; reforçados por uma força sobrenatural ou procedimentos mágicos prometidos pela mídia, criando mitos que conferem ao álcool atributos viris, de sucesso e de alegria, fazendo elogio ao pressuposto espírito bem brasileiro da descontração. Uma magia que se busca para facilitar relacionamentos, associações, aprendizagem de códigos grupais, na forma de trejeitos, gírias e brincadeiras.

Atos sociais que dão contornos palpáveis ao chamado espírito de “copo”. No entanto, a partir do momento em que o indivíduo é visto como consumidor excessivo, dotado de comportamentos desviantes, acusado por falhas, evidenciando o surgimento de um consumo patológico, a eficácia almejada – para ser um bálsamo para a dor, ânimo para o trabalho e ponte de ligação entre colegas – perde seu valor diante dos inconvenientes provocados. Conseqüentemente, a aplicação de medidas de exclusão se torna imperativa, não do álcool, mas do indivíduo que não soube beber dentro das regras tacitamente estabelecidas e de normas congruentes.

Ainda que não se conheça numericamente a extensão do problema das drogas na MB e, em particular, do alcoolismo, os relatos dos pacientes evidenciam que a instituição naval reproduz uma cultura que é simpática e favorável ao consumo do álcool. Por meio dos seus relatos, foi possível verificar que o álcool é a substância psicoativa mais presente no dia a dia naval, fazendo parte da cultura marinheira, condição de entrosamento, de adaptação e, paradoxalmente, de exclusão.

Adicionalmente, ao longo deste texto, buscou-se entender de que forma o beber a bordo pode se transformar em uma tradição aprendida. Como principais razões, destacaram-se os seguintes aspectos: a constatação da existência de uma cultura e tradições que sustentam hábitos e práticas que apoiam seu consumo, criando oportunidades de beber e disponibilizando bebidas alcoólicas. Amparadas por normas favoráveis que apoiam crenças em prol do consumo, inclusive no ambiente de trabalho, perpetuam falsas concepções sobre o hábito de beber e sobre o alcoolismo, alimentando mitos e consolidando distorções perceptivas, obviamente a favor de seu consumo. Incutido de forma insidiosa desde o ingresso do jovem militar na organização naval, o *habitus* alcoólico vai sendo disseminado, compartilhado e reproduzido pelos militares no seu cotidiano, treinando-os a pensar e a se comportar em torno da permanente reedição de práticas étlicas. A existência de políticas ambivalentes parece reforçar a propagação desta forma de agir, ao implementar a “lei” de forma relativizada, inconstante, à mercê dos interesses em jogo, dos juízos das autoridades, dos afetos e desafetos, sobretudo incidindo mais duramente sobre o grupo dos praças.

Por conseguinte, os pacientes do CEDEQ possibilitaram o conhecimento de uma dinâmica – mórbida – que se instala profundamente na forma de um *habitus* alcoólico, com a parceria institucional, não por força exclusivamente de mecanismos subjetivos, mas por um tipo de idiosincrasia social, expressa em âmbito corporativo, abençoado e endossado pela cultura e tradição naval étlica. O conhecimento desta mecânica, que até

então se fazia invisível, inaudível e imperceptível, se configura em um passo básico e, ao mesmo tempo, fundamental para reverter a perene fabricação de gerações de bebedores navais. Enquanto isto, a proliferação de adictos impera, trazendo consequências nefastas para uma boa parcela do contingente naval, na forma de óbitos, desenvolvimento de outras patologias correlatas, perdas em todas as esferas da vida do sujeito e da instituição naval, erros cometidos no cotidiano da vida militar, e, por fim, colocando em risco vidas e equipamentos.

Mudar esta tradição e cultura pressupõe, em primeiro lugar, resgatá-las do silêncio tácito, ou ainda, da cegueira coletiva, que as mantêm reféns das ilusões éticas, compulsivas em arrebanhar neófitos. Implica ainda a dissolução das quimeras prometidas pelas alegrias fugazes dos efeitos alcoólicos, liberando seus cativos, cujas vidas lhes foram usurpadas. A cada gole entornado, uma gota de vida se esvai, drenando seus recursos pessoais, profissionais e financeiros, em uma transfusão progressiva e implacável, restando-lhes, nesta simbiose, uma existência anestesiada, um “eu ébrio”. Por outro lado, reformular esta tradição e cultura pressupõe a conscientização de que o *habitus* alcoólico é uma construção institucional distinta da concepção tradicional linear e objetiva de doença. O *habitus* alcoólico afeta o sujeito de forma integral, cooptando o contingente naval indiscriminadamente, sobretudo os grupos minoritários, estigmatizados, discriminados, ou seja, o grupo dos praças, justamente aqueles que vivem a ambivalência institucional e que buscam tratamento no CEDEQ.

Somente com a conscientização de que o beber a bordo faz parte de uma tradição aprendida e que pode, pouco a pouco, ser desaprendida, é que uma política com ações preventivas e profiláticas no meio laboral poderá ser implementada, assegurando a higidez de seu contingente.

## ABSTRACT

*The notorious multifaceted character of alcoholism enables the identification of certain aspects besides the subjective ones that take place in the determining processes of this condition, the external factors, such as the ones concerning labor itself. Those are related to a cultural aspect of the organization and its traditions that support and stimulate alcohol consumption. The observation of alcoholic militaries from the Brazilian Navy, who are patients at the Navy Central Hospital (Hospital Central da Marinha), allows the exam, from their histories and reports, at which extend their alcoholism has been constituted based upon their learning on how to drink on board, since their entrance in the navy institution, supported by navy traditions. It can be observed the existence of a way of drinking that is based on role models, generally in groups, associated to daily working dynamics'*

basis, producing an alcoholic habitus, that is, a sort of behavior that is postural, gestural, like a language, full of meaning.

Keywords: *alcoholism; military personnel; working conditions; culture.*

## Referências

AMES, Genevieve M., GRUBE, Joel W. e MOORE, Roland S. 1997. "Relationship of Drinking and Hangovers to Workplace Problems: an Empirical Study". *Journal of Studies on Alcohol*, 58(1): 37-47.

AMES, Genevieve M. e GRUBE, Joel W. 1999. "Alcohol Availability and Workplace Drinking: Mixed Method Analyses". *Journal of Studies on Alcohol*, 60(3): 383-393.

AMES, Genevieve M., CUNRADI, Carol B. e MOORE, Roland S. 2004. "A Longitudinal Study of Drinking Behavior Among Young Adults in the Military". Paper presented at the *Research Society on Alcoholism Annual Scientific Meeting*, Vancouver, BC, June.

AMES, Genevieve M. e CUNRADI, Carol B. 2004/2005. "Alcohol Use and Preventing Alcohol-related Problems Among Young Adults in the Military". *Alcohol Research & Health*, 28(4): 252-257.

BORGES, Luiz Henrique. 2000. "Trabalho em Processos Repetitivos: Sociabilidade, Sofrimento Psíquico e Lesões por Esforços Repetitivos (L.E.R.)". In: *Organização do Trabalho e Saúde Mental*. (Cadernos IPUB). Rio de Janeiro: IPUB/UFRJ. pp. 67-80.

BOURDIEU, Pierre. 1992. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.

\_\_\_\_\_. 2007. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CRUZ, Marcelo Santos e FERREIRA, Salette Maria Barros. 2001. "Determinantes Socioculturais do Uso Abusivo de Álcool e Outras Drogas: uma Visão Panorâmica. In: M. Cruz e S. Ferreira (org.). *Álcool e Drogas: Usos, Dependência e Tratamentos*. Rio de Janeiro: Edições IPUB/ CUCA. pp. 95-114.

DECRETO n. 88.545. (1983, 26 de julho de 1983). Aprova o Regulamento Disciplinar para a Marinha e dá outras providências. *Serviço de Documentação da Marinha*. Rio de Janeiro, RJ, artigo 7º.

DEJOURS, Christophe. 1987. *A Loucura do Trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho*. São Paulo: Oboré Editorial.

\_\_\_\_\_. 2005. *O Fator Humano*. Rio de Janeiro: Editora FGV.



- GOFFMAN, Erving. 1961. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva. S.A.
- GREENHALGH, Juvenal F. L. 1998. *Presigangas e Calabouços ou Prisões da Marinha no Século XIX*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha.
- GRUENWALD, Paul J., MILLAR, Alex B. e TRENO, A.J. 1993. "Alcohol Availability and the Ecology of Drinking Behavior". *Alcohol Health & Research World*, 17(1): 39-45.
- LACAZ, Francisco Antonio de Castro. 1996. *Saúde do Trabalhador; um estudo sobre as formações discursivas da academia, dos serviços e do movimento sindical*. Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil.
- LUZ, Madel Terezinha. 1988. *Natural, Racional, Social: Razão Médica e Racionalidade Científica Moderna*. Rio de Janeiro: Campus.
- MINISTÉRIO DA MARINHA. (2007). *Guia para estudos de estratégia – EGN-304B*, 207p. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval.
- MOORE, Roland S., AMES, Genevieve M. e CUNRADI, Carol B. 2007. "Physical and Social Availability of Alcohol for Young Enlisted Naval Personnel in and Around Home Port". *Substance Abuse Treatment, Prevention, and Policy*. 2(17), June 30.
- PACK, James. 1982/1995. *Nelson's Blood: the Story of Naval Rum*. Stroud: Alan Sutton Publishing.
- PRADO MAIA, João do. 1965. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império (Tentativa de reconstituição histórica)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra.
- RANGEL, Maria Lígia. 1994. "Risco e Saúde nos Locais de Trabalho". In: *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, IMS-UERJ. 4(1): 133-145.
- SÁAD, Ana Cristina. 2001. "Tratamento para Dependência de Drogas: uma Revisão da História e dos Modelos". In: M. Cruz e S. Ferreira (org.). *Álcool e Drogas: Usos, Dependência e Tratamentos*. Rio de Janeiro: Edições IPUB/CUCA. pp. 11-32.
- SELIGMANN-SILVA, Edith. 1990. "Saúde Mental e Trabalho". In: S. Tundis e N. Costa (org.). *Cidadania e Loucura: Políticas de Saúde Mental no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes/ABRASCO. pp. 217-287.

\_\_\_\_\_. 1995. “Psicopatologia e Psicodinâmica no Trabalho”. In: R. Mendes. (org.) *Patologia do Trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Atheneu. pp. 287-310.

SILVA FILHO, João Ferreira da. 1989. *Saúde Mental e Trabalho*. Tese de Doutorado, Instituto de Psiquiatria – IPUB, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

SILVA FILHO, João Ferreira da e LUCE, Cristina. 2001. “O Declínio do Pai, a Mimesis e a Toxicomania”. In: M. Cruz e S. Ferreira (org.). *Álcool e Drogas: Usos, Dependência e Tratamentos*. Rio de Janeiro: Edições IPUB/CUCA. pp. 63-76.

VAISSMAN, Magda. 2004. *Alcoolismo no Trabalho*. (Coleção Loucura XXI). Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda.

VELHO, Gilberto. 1998. *Nobres & Anjos: um Estudo de Tóxicos e Hierarquia*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas.

VENÂNCIO, Renato Pinto e CARNEIRO, Henrique. 2005. Introdução. In: R. Venâncio e H. Carneiro (org.) *Álcool e Drogas na História do Brasil*. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Editora PUCMinas.

YOUNG, Jock. 1971. *The Drugtakers: the Social Meaning of Drug Use*. London: Paladin.